

Ref.: Vigência – Acordo de cooperação técnico-operacional – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ.

Salvador, 31 de maio de 2021

Aos Senhores

Luís Alberto Vasconcelos Pereira, Hugo Casciano de Sant'Anna, João Paulo Santos Schoucair e Gilberto Costa de Amorim Júnior

Promotores de Justiça Coordenadores

Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social

Grupo de Atuação Especial de Combate a Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais

Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do MPBA

Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: proximidade de extinção do Acordo de cooperação técnico-operacional celebrado entre o MPBA e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ

Prezados Senhores,

Noticiamos a Vossas Senhorias a proximidade do termo final de vigência **(25/08/2021)** do Acordo de cooperação técnico-operacional, celebrado entre este *Parquet* e a **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ**, cuja finalidade se consubstancia no **“Alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990”**.


Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida antes do encerramento do prazo original de sua vigência, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com

o(s) Conveniente(s), para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

No ensejo, e a fim de agilizar um possível trâmite para celebração de aditivo para prorrogação do prazo de vigência, encaminhamos anexa proposta de minuta do 2º aditivo, a qual, após ser avaliada pelos Centros e pelo partícipe, deverá ser submetida à análise da Assessoria Jurídica.

Por outro lado, caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos seja informada esta Diretoria, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.

Com os nossos cumprimentos,


Carlos Bastos Stucki
Diretor
Matrícula [REDACTED]



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **Manoel Vitório da Silva Filho**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado por mais 4 (quatro) anos**, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Ajuste original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2021

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O **ESTADO DA BAHIA**, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, n.º 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41750-300, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.937.073./0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 04.142.491/001-66, com sede na 5ª Avenida, n.º 750, CEP 41.745-004, Centro Administrativo da Bahia – CAB, cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO DE AÇÕES:

Os signatários providenciarão orientar seus agentes, membros, servidores e terceiros envolvidos, quanto à integração nas ações conjuntas, dando-lhes conhecimento dos termos do presente instrumento e da disciplina legal aplicável às ações correlatas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os signatários indicarão, em cada instituição, um responsável pelo acompanhamento das ações e obrigações conjuntas assumidas no presente acordo, no âmbito de suas respectivas atribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ORGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

As ações concernentes ao presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional serão desenvolvidas pelos órgãos/unidades integrantes das estruturas dos signatários da forma a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – PELA SECRETARIA DA FAZENDA:

No âmbito da Secretaria da Fazenda serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento a Superintendência de Administração Tributária (SAT) e suas unidades: Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP), Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (COPEC) e Diretorias de Administração Tributária (DAT) das regiões metropolitanas, Sul e Norte, na forma a seguir:

I - Pela Superintendência de Administração Tributária (SAT):

- a) Disponibilizar aos demais signatários acesso à consulta ao Cadastro de Informações do Contribuinte, de Crédito Tributário, e de registro da dívida ativa que configurar crime contra a ordem tributária;
- b) Efetuar, no âmbito de competência da SEFAZ, a normatização dos procedimentos administrativos para o encaminhamento de notícia-crime ao MINISTÉRIO PÚBLICO, nos casos que se configurem indícios de crimes contra a ordem tributária ou conexos;
- c) Assumir a integralidade das despesas com locomoção e transporte, pagamento de diárias, material de consumo, podendo ainda assumir aluguel de imóvel, fornecimento de móveis, e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento do presente ajuste, observados os





limites legais e respeitada a disponibilidade orçamentária;

d) Promover a realização de seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica sobre temas pertinentes ao combate aos crimes contra ordem tributária e afins, e viabilizar a participação de servidores vinculados aos órgãos signatários.

II - Pela Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP):

a) Produzir conhecimentos reveladores de fraudes fiscais praticados por indivíduos, empresas e grupos organizados para a prática de crimes contra a ordem tributária, elaborando os Relatórios de Inteligência Fiscal.

b) Planejar e acompanhar as ações de busca de elementos de prova, com vistas ao cumprimento de mandados judiciais.

c) Orientar e acompanhar as auditorias fiscais de constituição do crédito, decorrentes das ações conjuntas.

d) Promover o intercâmbio de dados e informações, através da elaboração de Relatórios de Inteligência Fiscal, para subsidiar os Processos Administrativos Fiscais (PAF) inscritos na dívida ativa, bem como a instauração e desenvolvimento de investigações criminais, de natureza fiscal e correlata, no âmbito do Ministério Público.

III - Diretorias de Administração Tributária (DAT), de acordo com o critério geográfico de ocorrência de fatos relativos à prática de crimes contra a ordem tributária, e da Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (COPEC):

a) Disponibilizar equipe de servidores fazendários com vistas ao cumprimento de mandados judiciais para busca e apreensão de elementos de prova.

b) Disponibilizar equipe de fiscalização para a realização das auditorias fiscais necessárias à constituição dos créditos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos Previstos na lei nº. 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO) e o Núcleo de Inteligência Criminal (NIC), cabendo-lhes, nos limites de suas atribuições institucionais:

a) Avaliar as notícias-crime oferecidas e definir as que deverão ser objeto de apuração conjunta pelos signatários;

b) Na apuração conjunta, officiar nas representações, nos inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais e processos judiciais destinados a identificar e reprimir a sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária;

c) Promover medidas cautelares judiciais, tais como busca e apreensão, sequestro e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste ajuste.

d) Promover o intercâmbio de dados e informações, através da elaboração de Relatórios de Inteligência, para subsidiar a instauração e desenvolvimento de investigações criminais, de natureza fiscal e correlata, no âmbito do Ministério Público

CLÁUSULA QUARTA - DO SIGILO:

Os signatários deverão manter sigilo sobre as informações obtidas, conforme o disposto no art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que institui o Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

O presente ajuste não envolve transferência de recursos entre os signatários, devendo cada um destes arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento





das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento, dentro de suas atribuições.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS, DAS ALTERAÇÕES, DA DENÚNCIA OU RESCISÃO:

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os signatários, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento, sendo permitindo, também, ser denunciado ou rescindindo, por conveniência ou descumprimento das obrigações assumidas, respectivamente, desde que notificada a parte contrária em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

O presente ajuste vigorará por 04 (quatro) anos, facultada prorrogação, por meio de termo aditivo, na forma da Lei estadual n. 9.433, de 1º de março de 2005.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

Os signatários providenciarão a publicação do extrato deste ajuste nos seus órgãos oficiais de imprensa, na forma do parágrafo primeiro do artigo 131 da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005.


CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Será competente o foro da Capital do Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas originárias da execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir por si, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém, na presença das testemunhas, para surtirem seus efeitos legais.

Salvador, 26 de agosto de 2013.


WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia


MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

PORTARIA Nº 387/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996,

RESOLVE

Art. 1º Instituir Comissão de Estudos Para o Aprimoramento e Reestruturação das Atividades Administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, com a seguinte composição:

- I. Adalvo Nunes Dourado Júnior, Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça;
- II. Ediene Santos Lousado, Secretária-Geral do Ministério Público;
- III. Luís Cláudio Cunha Nogueira, Assessor Especial da Procuradoria Geral de Justiça;
- IV. Josias Marques de Lima Neto, Diretor da Diretoria Administrativa;
- V. Suzana Sodré de Aragão Vasconcelos, Diretora da Diretoria de Modernização.

Art. 2º A Comissão instituída por esta Portaria apresentará relatório conclusivo dos trabalhos ao Procurador-Geral de Justiça no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por 30 (trinta) dias.

Art. 3º O exercício das atribuições previstas para os integrantes da Comissão se dará sem prejuízo do integral e regular desempenho de suas atividades funcionais ordinárias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 12 de março de 2014.

MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL
Procurador-Geral de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Jéssica da Silva Alves	Salvador	17/03/2014	16/03/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Processo: 003.0.45599/2014.

Parecer Jurídico: 362/2013.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, CNPJ 13.937.073/0001-56.

Objeto: Alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Vigência: 04 (quatro) anos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Protocolo: nº 003.0.248703/2013 - Concorrência nº 01/2014 - Objeto: prestação de serviços de construção de imóvel para sediar promotoria de justiça regional de GUANAMBI-BA. A CPL considerou a empresa CODART CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 12.238.642/0001-02, HABILITADA, após a verificação dos CRC/SAEB apresentada e toda a documentação de habilitação técnica e declarações exigidas no edital. Verificada a habilitação das demais classificadas, a CPL constatou que as licitantes LUMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e CHS CONSTRUTORA LTDA, devido a ausência de representantes na continuação do certame, não comprovaram a autenticidade de documentos apresentados sem o correspondente original. Assim, a Comissão considerou INABILITADA a empresa LUMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 08.869.425/0001-43, por conta da não apresentação dos originais para autenticação dos seguintes documentos: atestados de capacidade/qualificação técnica; certidão negativa de débitos com a fazenda municipal; prova de inscrição no cadastro municipal; certidão de registro e quitação de pessoa jurídica e pessoa física. Desta forma a Comissão considerou também INABILITADA a empresa CHS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 06.088.890/0001-11, por conta da não apresentação dos originais para



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DA FAZENDA, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. EDIENE SANTOS LOUSADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado por mais 4 (quatro) anos**, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, 25 de agosto de 2017


MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

SECRETARIO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA


EDIENE SANTOS LOUSADO

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª


NOME: JOANA BATISTA ASSUNÇÃO RIBEIRO

CPF: 

2ª


NOME: DARIANA TEREZA OLIVEIRA QUEIROZ CAMPOS

CPF: 

16 a 20/10/2017	20ª PJ de Feira de Santana	Renata Barros Dacach Assis e Adriana Imbassahy Guimarães Moreira Lagrota	
	21ª PJ de Feira de Santana		
	1ª PJ de Ipirá		
	2ª PJ de Ipirá		
	1ª PJ de Irará		
	2ª PJ de Irará		
	PJ de Santa Bárbara		
	1ª PJ de Santo Estevão		
23 a 27/10/2017	1ª PJ de Seabra	Estágio Probatório	Danilo Monteiro de Araújo Oliveira
	2ª PJ de Seabra		
	3ª PJ de Seabra		
	PJ de Lençóis		
	4ª PJ de Itaberaba		
23 a 27/10/2017	PJ de Iacu		

Salvador, 31 de agosto de 2017.

MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

*Republicado por haver alteração

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Derlane Nascimento Ramos	Promotoria Justiça Itabuna	04/10/2017	03/10/2018

Temo Aditivo de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Gerci Ferreira de Oliveira	Promotoria Justiça Livramento de Nossa Senhora	06/10/2017	05/12/2017

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GABINETE

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.12826/2017.

Parecer jurídico: 766/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, CNPJ nº 13.937.073/0001-56.

Objeto do termo de cooperação: Estabelecer o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990".

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Acordo originariamente celebrado entre as partes, a contar de 26/08/2017.

*Republicado por haver incorreção

RESUMO DE TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 160/2014-SGA

Processo: 003.0.23019/2017.

Parecer Jurídico: 829/2017.

Contratantes: Ministério Público do Estado da Bahia e Lenivaldo Nunes Conceição.

Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Objeto: Extinção antecipada do contrato firmado entre as partes, com efeitos a partir de 01/10/2017.

RESUMO DE CONTRATO DE OBRA DE REFORMA - CONTRATO Nº 132/2017- SGA

Processo: 003.0.5059/2017 - Tomada de Preços nº 002/2017.

Parecer jurídico: 776/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Mult Construções Ltda, CNPJ nº 11.862.351/0001-28.

Objeto: Obra de reforma de edifício de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia, sito no Jardim Baiano, Nazaré, Salvador/BA.

Regime de execução: Empreitada por preço global.

Valor global: R\$ 108.541,55 (cento e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.601/0002 - Ação (P/A/OE) 7508 - Região 7800- Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 270/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Jaime de Jesus Kalil, matrícula 353.670, e Nilson Mendes Figueira Campos, matrícula 352.785, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 132/2017-SGA, relativo à obra de reforma de edifício de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia, sito no Jardim Baiano, Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 28 de setembro de 2017.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.12826/2017.

Parecer jurídico: 766/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, CNPJ nº 13.937.073/0001-56.

Objeto do termo de cooperação: Estabelecer o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Acordo originariamente celebrado entre as partes, a contar de 26/08/2016.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 271/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido nos artigos 84 e 85 da Lei 6.677 de 26 de setembro de 1994, resolve reconhecer a gratificação de adicional de tempo de serviço, para o servidor desta Instituição, conforme quadro abaixo:

MAT	NOME	% RECONHECIDO	MÊS/ANO
████████	DELFIN PEREIRA DA SILVA NETO	5%	08/2017

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 29 de setembro de 2017.

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES
Superintendente de Gestão Administrativa

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 66/2017 - UASG 926302. Procedimento nº 003.0.18336/2017. Objeto: prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, conforme disposições contidas no edital e seus anexos. ENTREGA DAS PROPOSTAS: 03/10/2017 às 08:00h. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/10/2017 às 09:00h (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital poderá ser adquirido nos sites <http://www.mpbba.mp.br> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações com a Coordenação de Licitação pelo telefax (71) 3103-0225. Salvador-Ba, 02/10/2017. Monica Sobrinho - Pregoeira Oficial.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Trata-se de comunicação de proximidade da data de expiração do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, para o alinhamento de ações no campo do combate à sonegação fiscal e da recuperação de ativos.

O acordo foi celebrado em 28 de agosto de 2013, com vigência de 04 (quatro) anos e prorrogado em 25 de agosto de 2017, por mais 04 (quatro) anos.

No que concerne ao GAESF, este promotor de Justiça manifesta **concordância** com a prorrogação do acordo, dada a sua importância estratégica no combate à sonegação fiscal e na recuperação de ativos. **Sugere, todavia, a atualização do texto da cláusula terceira, parágrafo segundo**, a fim de que sejam incluídas as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista como responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do acordo.

Salvador, 07 de junho de 2021.

Hugo Casciano de Sant'Anna
Promotor de Justiça
Coordenador do GAESF



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Casciano de Santana** em 07/06/2021, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0138572** e o código CRC **CD05CF8F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ciente e de acordo com a prorrogação do termo de cooperação, dada a sua importância estratégica no combate à sonegação fiscal e na recuperação de ativos.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR

Coordenador do GAECO/MPBA



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Santos Schoucair** em 09/06/2021, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0140059** e o código CRC **A1ED623F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a prorrogação do termo de cooperação, seguindo a sugestão do Ilustríssimo Coordenador do GAESF, referente atualização do texto da cláusula terceira, parágrafo segundo, a fim de que sejam incluídas as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista como responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do acordo.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Vasconcelos Pereira** em 15/06/2021, às 08:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0142489** e o código CRC **83687613**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a prorrogação do termo de cooperação, reiterando a sugestão do D. Coordenador do GAESF, referente atualização do texto da cláusula terceira, parágrafo segundo, a fim de que sejam incluídas as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista como responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do acordo.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Lavigne Mota** em 22/06/2021, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0147334** e o código CRC **EB65D63F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação do ilustre Coordenador do GAESF (e posterior anuência dos demais membros interessados na manutenção da avença), procedemos ao ajuste da minuta do 2º aditivo originariamente elaborada, de modo a contemplar as alterações solicitadas, para análise dos Grupos de Atuação Especial e Centros de Apoio interessados.

No ensejo chamamos atenção à alteração da designação do Núcleo de Investigações Criminais (NIC) para Coordenadoria de Segurança institucional (CSI).

Neste sentido, sugerimos que seja cientificado também aquela Coordenadoria acerca das tratativas para renovação do presente.

Por fim, solicitamos que, na hipótese de ser aprovada a minuta sem necessidade de ajustes adicionais, nos seja devolvido o expediente para análise da Assessoria Jurídica, juntando-se, ao presente, manifestação de anuência do órgão signatário. Ressaltamos que o mencionado documento vem sendo exigido pela Assessoria para análise de demandas semelhantes, juntamente com documentos que comprovem a regularidade da pessoa jurídica e da representação da mesma.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 30/06/2021, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0149819** e o código CRC **AB727D76**.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **Manoel Vitório da Silva Filho**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013; bem como a alteração da redação do parágrafo segundo da cláusula terceira, conforme disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O período de vigência fica **prorrogado por mais 4 (quatro) anos**, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2021;

2.2 O parágrafo segundo da cláusula terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E REPSONSÁVEIS:

(...)

PARÁGRAFO SEGUNDO - PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate à Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, cabendo-lhes, nos limites de suas atuações institucionais:

(...)”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS



Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Ajuste original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2021

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME:
CPF:

2ª _____
NOME:
CPF:

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

exonerar, a pedido, o Senhor **LUIZ ALBERTO BASTOS PETTINGA** do cargo de Secretário da Fazenda.

exonerar o Senhor **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO** do cargo de Secretário da Administração.

nomear o Senhor **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO** para o cargo de Secretário da Fazenda.

designar o Senhor **EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO**, Chefe de Gabinete, para, cumulativamente, responder pelo expediente da Secretaria da Administração.

cassar a aposentadoria, à vista da orientação da Procuradoria Geral do Estado e demais elementos constantes do Processo nº 0100130021276 (0025323-6/2007-SEC), de **ARMÊNIO GALVÃO SOUZA**, Professor, cadastro nº [REDACTED], lotação da Secretaria da Educação, com fundamento no art. 192, inciso XI, e/c o art. 194, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

denegar, à vista da orientação da Procuradoria Geral do Estado e demais elementos constantes do Processo nº 0100130021276 (0025323-6/2007-SEC), de **ARMÊNIO GALVÃO SOUZA**, do cargo de Professor, cadastro nº [REDACTED], da lotação da Secretaria da Educação, com fundamento no art. 192, inciso XI, e/c o art. 194, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 08.08.2013, **JOSÉ LEONAM SANTOS CRIZ** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Posto SAC Cajazeiras, da Diretoria Operacional do Serviço de Atendimento ao Cidadão, da Superintendência de Atendimento ao Cidadão, da Secretaria da Administração.

considerar designado, com efeito a partir de 08.08.2013, **JAIME GARCIA DE ARAÚJO FILHO** para responder pelo cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Posto SAC Cajazeiras, da Diretoria Operacional do Serviço de Atendimento ao Cidadão, da Superintendência de Atendimento ao Cidadão, da Secretaria da Administração.

exonerar **RAFAEL ARAÚJO MEIRA DE BRITTO** do cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4 da Diretoria Geral, da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

nomear **RAÍ PEREIRA DOS SANTOS MARIANO** para o cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4 da Diretoria Geral, da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 12.08.2013, **TELMA CATARINA CAVALCANTE PIRES** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, da Secretaria de Cultura.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 12.08.2013, **PATRICIA MARIA NOGUEIRA MARCHESINI** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, da Secretaria de Cultura.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 12.08.2013, **CASSANDRA VASCONCELOS DE SOUZA** do cargo de Secretário de Câmara, símbolo DAI-4, do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, da Secretaria de Cultura.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 12.08.2013, **MARLY GONÇALVES DA SILVA** do cargo de Assistente Orçamentário, símbolo DAI-4, do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, da Secretaria de Cultura.

exonerar, a pedido, **ANA GLEISE DOS SANTOS SOUZA** do cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria Geral, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 12.08.2013, **FLORO EDMUNDO FREIRE NETO** do cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, do Grupo Executivo, do Gabinete do Secretário, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

exonerar, a pedido, **PABLO MARTIN CHEHU** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Auditoria do SUS/BA, da Secretaria da Saúde.

nomear **LAURA LETICIA PIRES DE OLIVEIRA MASCARENHAS** para o cargo de Diretor, símbolo DAS-2D, do Hospital Geral Tipo III, da Secretaria da Saúde.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 01.08.2013, **VIRGINIA MARIA DE OLIVEIRA VAZ VALOIS** do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, do Centro Estadual de Oncologia, da Secretaria da Saúde.

considerar nomeada, com efeito a partir de 01.08.2013, **VIRGINIA MARIA DE OLIVEIRA VAZ VALOIS** para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Centro Estadual de Oncologia, da Secretaria da Saúde.

considerar nomeado, com efeito a partir de 01.08.2013, **RILDO CARVALHO ROCHA** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, do Centro Estadual de Oncologia, da Secretaria da Saúde.

nomear **WALDIR CERQUEIRA DOS SANTOS** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente das entidades congregadas em Sindicatos e Federações (SINDSAÚDE - Rede Privada Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia), em substituição a **JANIRALDO ROCHA**.

tomar sem efeito a nomeação de **ROGÉRIO SÁ MEDRADO**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Delegado Titular I, símbolo DAS-3, da Delegacia de Polícia Territorial do Município de Remanso, da 17ª COORPIN, do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial do Estado de 06/07/2012, por não ter tomado posse no prazo legal.

exonerar **MARIANA OUAIS SANTOS**, Delegada de Polícia Civil, Classe III, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **SIMONE MARIA FIGUEIREDO MOUTINHO**, Delegada de Polícia Civil, Classe Especial, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **GRAZZIELE OUARESMA PEREIRA**, Delegada de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Delegado Titular I, símbolo DAS-3, da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos do município de Jequié, do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **KLEBER EDUARDO GONÇALVES**, Delegado de Polícia Civil, Classe I, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Delegado Titular I, símbolo DAS-3, da Delegacia Circunscrição do Município de Medeiros Neto, da 8ª COORPIN, do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **JOSÉ LUCIANO CASTELO BRANCO**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Delegado Titular II, símbolo DAI-4, da Delegacia Circunscrição de Polícia do Município de Queimadas/15ª COORPIN, do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **ALMIR FERNANDES DOS SANTOS**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Delegado Titular II, símbolo DAI-4, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **SANNEY TAQUETTI SIMÕES**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Delegado Titular II, símbolo DAI-4, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **LAUDENOR BATISTA BORGES**, Investigador de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Coordenador III(SI), símbolo DAI-4, da Delegacia Circunscrição de Polícia do Município de Ruy Barbosa/12ª COORPIN, do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **ALMIR FERNANDES DOS SANTOS**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Delegado Titular I, símbolo DAS-3, da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos do município de Jequié, do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **ANDREA BARBOSA RIBEIRO MAGALHÃES RIBEIRO**, Delegada de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **JAMAL YOUSSEF AMAD**, Delegado de Polícia Civil, Classe I, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **CHARLTON FRAGA BORTOLINI**, Delegado de Polícia Civil, Classe II, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Delegado Titular II, símbolo DAI-4, da Delegacia de Polícia Territorial do Município de Mucuri/8ª COORPIN, do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de agosto de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador

Retificação

Na nomeação para a Secretaria da Administração, publicada no Diário Oficial do Estado de 13.08.2013.

ONDE SE LÊ:

...Tasse Fugas dos Santos...

LEIA-SE:

...Tasse Fugas dos Santos Contra...

DESPACHOS

DESPACHOS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

Em 13/08/2013

Processo nº 0100130020040
Origem: Secretaria da Educação/UESC
Interessada: Eurivalda Ribeiro dos Santos Santana
Despacho: Autorizo.

Processo nº 0100130020067
Origem: Secretaria da Educação/UESC
Interessada: Sandra Maria Pinto Magina
Despacho: Autorizo.

Processo nº 1400130010468
Órgão: Secretaria da Educação, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Secretaria da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria do Meio Ambiente
Objeto: Suplementação de Crédito
Despacho: Autorizo. Para efeito do que dispõe o artigo 62, inciso III, da Lei nº 2.322/66, com a redação da Lei nº 2.588/68, considerando de interesse público a despesa decorrente da suplementação solicitada neste processo.

Anexo I				Suplementar
Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) e de Investimento				
Programa de Trabalho (Especificação)	Esfera	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Em R\$ Reforço
3.35.000 Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização				95.500,00
3.35.101 Diretoria Geral				95.500,00
14.122.152.7854 Recuperação de Edifício Público	F	4.4.90	100	15.500,00
14.421.107.4636 Realização de Cursos de Capacitação Profissional do Interior e Egresso	F	3.3.50	128	80.000,00
Total Reforço				20.852.524,00

Anexo II				Fonte de Financiamento
Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) e de Investimento				
Programa de Trabalho (Especificação)	Esfera	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Em R\$ Valor
3.10.000 Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura				45.000,00
3.10.101 Diretoria Geral				45.000,00
20.601.116.5851 Distribuição de Equipamentos e Utensílios para Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	I	3.3.90	324	45.000,00
3.11.000 Secretaria da Educação				10.397.000,00
3.11.101 Diretoria Geral				10.397.000,00
12.363.103.4007 Implementação e Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica: Sustentabilidade como Inclusão Social	F	3.3.50	114	3.102.000,00
12.363.103.4447 Educação Profissional - Formação Inicial e Continuada Integrada à Elevação de Escolaridade, Orientação e Certificação Profissional para Populações Vítimas	F	3.3.50	114	3.297.000,00
12.363.103.4454 Funcionamento de Unidades de Ensino Profissional	F	3.3.50	107	4.000.000,00
3.15.000 Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração				30.000,00
3.15.304 Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade				30.000,00
22.122.502.2000 Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo	F	3.3.90	213	30.000,00
3.17.000 Secretaria do Planejamento				246.380,00
3.17.101 Diretoria Geral				246.380,00
04.121.900.8029 Provisão para Contrapartida e	F	4.4.90	100	246.380,00
3.19.000 Secretaria da Saúde				254.734,00
3.19.601 Fundo Estadual de Saúde				254.734,00
10.122.152.7854 Recuperação de Edifício Público	S	3.3.90	130	127.367,00
10.122.152.7854 Recuperação de Edifício Público	S	3.3.90	130	127.367,00
3.22.000 Secretaria de Cultura				100,00
3.22.101 Diretoria Geral				100,00
13.392.198.2329 Apoio à Promoção de Bens e Projetos Culturais - Bureaus Criativos	F	4.4.90	100	100,00
3.25.000 Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza				270.000,00
3.25.201 Fundação da Criança e do Adolescente				270.000,00
08.124.152.2052 Capacitação de Servidores e Empregados Públicos do Estado	S	3.3.90	100	210.000,00
		4.4.90	100	60.000,00
3.31.000 Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional				149.850,00
3.31.401 Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional				149.850,00
17.511.113.5040 Implantação de Infraestrutura Hídrica na Zona Rural	F	3.3.90	128	149.850,00
3.35.000 Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização				95.500,00

Anexo II				Fonte de Financiamento
Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) e de Investimento				
Programa de Trabalho (Especificação)	Esfera	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Em R\$ Valor
3.35.101 Diretoria Geral				95.500,00
14.421.107.4637 Assistência ao Interno em Atividades Laborativas	F	3.3.50	128	80.000,00
14.421.107.4638 Assistência ao Interno em Atividades de Arte e Educação	F	3.3.90	100	15.500,00
Total Anulação				11.488.564,00
Superávit Financeiro do Estado				9.363.960,00
			300	115.136,00
			315	8.844.500,00
			331	303.324,00
Total do Financiamento				20.852.524,00

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E

delegar competência ao Senhor **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**, Secretário da Fazenda, para, em nome do Estado da Bahia, assinar convênios, contratos - por instrumento público ou particular - transações, acordos, ajustes e protocolos, bem como seus respectivos termos aditivos e rescisões, no âmbito da referida Secretaria, retroagindo seus efeitos a 14.08.2013.

delegar competência ao Senhor **EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO**, Secretário da Administração em exercício, para, em nome do Estado da Bahia, celebrar, no âmbito da respectiva Secretaria, convênios, acordos, contratos, ajustes, protocolos e seus respectivos termos aditivos e rescisões, bem como assinar escrituras públicas e receber doações de imóveis cêtuas ao Estado, retroagindo seus efeitos a 14.08.2013.

nomear **ROMEU DE FIGUEIREDO TEMPORAL**, para, na condição de titular, compor o Conselho Curador do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, vinculado à Secretaria de Cultura, como representante da Secretaria do Planejamento, em substituição a **NATÁ SILVA VIEIRA**.

nomear **AILANE MARQUES DOS SANTOS** para o cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, da Superintendência de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

exonerar, a pedido, **SIDINÉ JORGE MOTA** do cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Administração e Finanças, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

nomear **NADYA SOARES SILVA** para o cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Administração e Finanças, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

nomear **SIDINÉ JORGE MOTA** para o cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

nomear **DORÁIDES ALVES NUNES ALMEIDA** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Titular da Federação das Santas Casas de Misericórdia Hospital Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia - FESFBA em substituição a **MAURICIO ALMEIDA DAS FERREIRA**.

nomear **JOSÉ PONDÉ JÚNIOR** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Titular Secretária do Meio Ambiente, em substituição a **KITTY DE QUEIROZ TAVARES**.

nomear **ANDRÉ FERNANDO WERMANN** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente da Federação das Santas Casas de Misericórdia Hospital Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia - FESFBA, em substituição a **MARIA CRISTINA GRAVATÁ DE MENEZES BARRETO**.

nomear **CARLOS ALBERTO SEIXAS RIO** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente da Entidade Congregada em Federações e Associações Patronais Urbanas e/ou Rurais, exceto Entidades Patronais da área da saúde, através da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEAB, em substituição a **EDSON DIOGOMONIZ PINTO**.

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Caravelas, até 31.12.2013, o servidor abaixo mencionado, do Quadro de Pessoal da Secretária da Saúde, de acordo com a Lei nº 8.080/90 - Sistema Único de Saúde - SUS:

PROCESSO	NOME	CARGO	CADASTRO
0300130130856	ONILTON OLIVEIRA DE ALMEIDA	ODONTÓLOGO	

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Salvador, até 31 de dezembro de 2013, a servidora abaixo mencionada, do Quadro de Pessoal da Secretária da Saúde, de acordo com a Lei nº 8.080/90 - Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Termo de Convênio de Cooperação Técnica, celebrado com intermediação do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador:

PROCESSO	NOME	CARGO	CADASTRO
0300130150484	VALÉRIA DO NASCIMENTO SANTANA	NUTRICIONISTA	

considerar exonerada, a pedido, com efeito a partir de 01.08.2013, **LÍVIA CERQUEIRA BASTOS**, matrícula nº 20.546.765-7, do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, do Departamento de Polícia Técnica, da Secretária da Segurança Pública.

nomear **VANESSA JAMILE SANTANA DOS REIS**, RG nº [REDACTED] para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, do Departamento de Polícia Técnica, da Secretária da Segurança Pública.

nomear **PAULA LORENA DA SILVA MOURA REGO SOBREIRA** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

exonerar, a pedido, **CLAUDIA JACQUELINE LOPES CASALI** do cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, do Gabinete do Secretário, da Secretaria da Fazenda.

nomear **NILSON PEDRO NEVES GALVÃO** para o cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, do Gabinete do Secretário, da Secretaria da Fazenda.

nomear **MARIANA SEIXAS LIMA** para o cargo de Assessor de Comunicação Social I, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Turismo.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de agosto de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador



SALVADOR, BAHIA,
QUINTA-FEIRA
1º DE JANEIRO
DE 2015

ANO XCIX
Nº 21.607

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA

1

Executivo

EXEMPLAR DE ASSINANTE ■ VENDA PROIBIDA

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

exonerar, a pedido, o Senhor **JAIR ALFREDO OLIVEIRA CARNEIRO** do cargo de Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura.

exonerar, a pedido, o Senhor **ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM** do cargo de Secretário de Cultura.

exonerar, a pedido, o Senhor **PAULO CÉZAR LISBOA CERQUEIRA** do cargo de Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

exonerar, a pedido, o Senhor **WILSON ALVES DE BRITO FILHO** do cargo de Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional.

exonerar, a pedido, o Senhor **MANUEL RIBEIRO FILHO** do cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano.

exonerar, a pedido, a Senhora **ARISELMA PEREIRA PEREIRA** do cargo de Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

exonerar, a pedido, o Senhor **JOSÉ SÉRGIO GABRIELI DE AZEVEDO** do cargo de Secretário de Planejamento.

exonerar, a pedido, a Senhora **VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA** do cargo de Secretária de Políticas para as Mulheres.

exonerar, a pedido, o Senhor **RAIMUNDO JOSÉ PEDREIRA DO NASCIMENTO** do cargo de Secretário de Promoção da Igualdade Racial.

exonerar, a pedido, o Senhor **CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO** do cargo de Secretário de Relações Institucionais.

exonerar, a pedido, o Senhor **WASHINGTON LUIS SILVA COUTO** do cargo de Secretário da Saúde.

exonerar, a pedido, o Senhor **NILTON VASCONCELOS JÚNIOR** do cargo de Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

exonerar, a pedido, o Senhor **PEDRO JOSÉ GALVÃO NONATO ALVES** do cargo de Secretário de Turismo.

exonerar, a pedido, o Senhor **EDMON LOPES LUCAS** do cargo de Chefe de Gabinete do Governador.

exonerar, a pedido, o Senhor **RUI MORAES CRUZ** do cargo de Procurador Geral do Estado.

exonerar, a pedido, o Senhor **BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA** do cargo de Assessor Especial do Governador, símbolo DAS-2A, do Gabinete do Secretário, da Casa Civil.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de janeiro de 2015.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

manter o Senhor **EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO** no cargo de Secretário da Administração.

manter o Senhor **OSVALDO BARRETO FILHO** no cargo de Secretário da Educação.

manter o Senhor **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO** no cargo de Secretário da Fazenda.

manter o Senhor **JAMES SILVA SANTOS CORREIA** no cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico.

manter o Senhor **MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI** no cargo de Secretário de Infraestrutura.

manter o Senhor **EUGÊNIO SPENGLER** no cargo de Secretário do Meio Ambiente.

manter o Senhor **MAURÍCIO TELES BARBOSA** no cargo de Secretário da Segurança Pública.

manter o Senhor **NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO** no cargo de Secretário da Administração Penitenciária e Ressocialização.

nomear a Senhora **FERNANDA FERREIRA MENDONÇA** para o cargo de Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura.

nomear o Senhor **BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA** para o cargo de Secretário da Casa Civil.

nomear o Senhor **MANOEL GOMES DE MENDONÇA NETO** para o cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação.

nomear o Senhor **ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO** para o cargo de Secretário de Comunicação Social.

nomear o Senhor **ANTÔNIO JORGE PORTUGAL** para o cargo de Secretário de Cultura.

nomear o Senhor **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA** para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural.

nomear o Senhor **CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA** para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano.

nomear o Senhor **CÁSSIO RAMOS PEIXOTO** para o cargo de Secretário de Infra-Estrutura Hídrica e Saneamento.

nomear o Senhor **JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS** para o cargo de Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

nomear o Senhor **JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO** para o cargo de Secretário do Planejamento.

nomear a Senhora **VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA** para o cargo de Secretária de Promoção da Igualdade Racial.

nomear a Senhora **MARIA OLÍVIA SANTANA** para o cargo de Secretária de Políticas para as Mulheres.

nomear o Senhor **JOSIAS GOMES DA SILVA** para o cargo de Secretário de Relações Institucionais.

nomear o Senhor **FÁBIO VILAS-BOAS PINTO** para o cargo de Secretário da Saúde.

nomear o Senhor **JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES** para o cargo de Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

nomear o Senhor **NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO** para o cargo de Secretário de Turismo.

designar o Procurador do Estado **PAULO MORENO DE CARVALHO** para responder pelo expediente da Procuradoria Geral do Estado.

nomear o Senhor **CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO** para o cargo de Chefe de Gabinete do Governador, símbolo DAS-1.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de janeiro de 2015.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

exonerar, a pedido, **TATIANE MOTA LEMOS ARAÚJO** do cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde, da Auditoria do SUS/BA, da Secretaria da Saúde.

exonerar, a pedido, **CLAUDIA MARIA BANDEIRA PELLEGRINI** do cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, da Auditoria do SUS/BA, da Secretaria da Saúde.

nomear **EZEQUIEL DO NASCIMENTO BORGES** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, do Hospital Geral Prado Valadares, da Secretaria da Saúde.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de janeiro de 2015.

RUI COSTA
Governador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.937.073/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/12/1974
NOME EMPRESARIAL BAHIA SECRETARIA DA FAZENDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAHIA SFI GABINETE DO SECRETARIO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO 2 AV CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	NÚMERO 260	COMPLEMENTO *****
CEP 41.745-003	BAIRRO/DISTRITO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	MUNICÍPIO SALVADOR
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FALECONOSCO@SEFAZ.BA.GOV.BR	TELEFONE (71) 3319-2501	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/07/2021** às **17:06:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

De acordo com o teor da minuta.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Casciano de Santana** em 12/07/2021, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0156146** e o código CRC **07A769A6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o procedimento para análise e manifestação da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 12/07/2021, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0156263** e o código CRC **CC85C733**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Após revisão da minuta de aditivo para prorrogação do prazo de vigência do ajuste celebrado com a SEFAZ, encaminhamos o procedimento, acompanhado de minuta revisada, para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/07/2021, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0160450** e o código CRC **CE5D38B8**.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **Manoel Vitório da Silva Filho**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013; bem como a alteração da redação do parágrafo segundo da cláusula terceira, conforme disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O período de vigência será prorrogado por **mais 04 (quatro) anos**, a contar do dia 26 de agosto de 2021, convalidando-se, para todos os efeitos, os atos praticados até a data da efetiva celebração do ajuste;

2.2 O parágrafo segundo da cláusula terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E REPSONSÁVEIS:

(...)

PARÁGRAFO SEGUNDO - PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate à Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, cabendo-lhes, nos limites de suas atuações institucionais:

(...)”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS



Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Ajuste original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2021

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME:
CPF:

2ª _____
NOME:
CPF:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

Procedimento nº.:	19.09.02327.0008613/2021-95
Partícipe:	SEFAZ/BA
Espécie:	Termos de Cooperação e congêneres

EMENTA: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA REGULAMENTAR. ART. 170, LEI ESTADUAL Nº. 9.433/2005, NO QUE COUBER. PELA APROVAÇÃO.

PARECER Nº. 363/2021

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica da minuta de **Termo Aditivo a Termo de Cooperação Técnica** celebrado entre esta Instituição e a SEFAZ/BA, cujo objetivo consiste na cooperação entre os partícipes a fim de combater a sonegação fiscal e recuperar ativos, visando a prorrogação da sua vigência e alteração de cláusula regulamentar.

Instrui o expediente Comunicação Interna da DCCL, cópia do convênio original e dos termos aditivos anteriores, manifestação dos órgãos interessados, minuta do termo aditivo, dentre outros.

II – DOS TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONGÊNERES

Os Termos de Cooperação e seus congêneres constituem instrumentos jurídicos em que os interesses dos convenientes são comuns e convergentes, havendo colaboração recíproca e a não persecução da lucratividade, o que o distingue do contrato administrativo, entendimento pacífico no Tribunal de Contas da União:

No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, bol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em variadas deliberações do Plenário, tais como o Acórdão nº 1.369/2008, Acórdão nº 936/2007, Acórdão nº 1.663/2006, Acórdão nº 1.607/2003 e Decisão nº 118/2000.

De igual modo, destaca a doutrina:

No contrato, os interesses são opostos e diversos; no convênio, são paralelos e comuns. Nesse tipo de negócio jurídico, o elemento fundamental é a cooperação, e não o lucro, que é o almejado pelas partes no contrato. De fato, num contrato de obra, o interesse da Administração é a realização da obra, e o do particular, o recebimento do preço. Num convênio de assistência a menores, porém, esse objetivo tanto é do interesse da Administração como também do particular. Por isso, pode-se dizer que as vontades não se compõem, mas se adicionam. Outro aspecto distintivo reside nos polos da relação jurídica. Nos contratos, são apenas dois os polos, ainda que num destes haja mais de um pactuante. Nos convênios, ao revés, podem ser vários os polos, havendo um inter-relacionamento múltiplo, de modo que cada participante tem, na verdade, relação jurídica com cada um dos integrantes dos demais polos.¹

Tal distinção é importante, pois significa que o regime jurídico dos contratos administrativos não se aplica à hipótese.

III – DA MINUTA

A cláusula sétima do convênio dispõe que o prazo inicial é de 04 (quatro) anos, sendo permitida a prorrogação, mediante termo aditivo. Embora não conste o termo inicial, verifica-se dos termos aditivos anteriores que foi adotada a data da assinatura do ajuste. Dessa forma, existe previsão para a prorrogação da vigência, que findará em 26/08/2021.

De igual modo, a alteração da cláusula terceira, parágrafo segundo, diz respeito, apenas, à atualização dos órgãos incumbidos do combate à sonegação fiscal no âmbito do Ministério Público Baiano.

Postas tais considerações, esta Assessoria Técnico-Jurídica entende que a minuta atende às normas da teoria geral dos contratos e ao quanto previsto no art. 170, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, naquilo que é cabível.

IV – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela aprovação da minuta em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 27 de Julho de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Mat. [REDACTED]

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. [REDACTED]

¹ Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 31. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 17



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 27/07/2021, às 17:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 28/07/2021, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0164525** e o código CRC **3A1D2105**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 363/2021, relativo à minuta de Termo Aditivo a termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e a SEFAZ/BA, com a finalidade de prorrogação de sua vigência e de alteração de cláusula regulamentar.

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para ciência e deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 29/07/2021, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165208** e o código CRC **5CDA04AB**.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **Manoel Vitorio da Silva Filho**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013; bem como a alteração da redação do parágrafo segundo da cláusula terceira, conforme disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O período de vigência será prorrogado por **mais 04 (quatro) anos**, a contar do dia 26 de agosto de 2021, convalidando-se, para todos os efeitos, os atos praticados até a data da efetiva celebração do ajuste;

2.2 O parágrafo segundo da cláusula terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E REPSONSÁVEIS:

(...)

PARÁGRAFO SEGUNDO - PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate à Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, cabendo-lhes, nos limites de suas atuações institucionais:

(...)”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS



Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Ajuste original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2021

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO
CAVALCANTI: [REDACTED]
Assinado de forma digital por
NORMA ANGELICA REIS CARDOSO
CAVALCANTI:1 [REDACTED] 03'00'
NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME:
CPF:

2ª _____
NOME:
CPF:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Em vista do atendimento do pleito pela Procuradoria Geral de Justiça, retorne-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, para conhecimento e adoção das providências pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 03/08/2021, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0168268** e o código CRC **C9F6E1CE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Anexamos ao presente a via do segundo aditivo assinado pelo representante da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, conforme autorizado por Decreto Simples do Governador do Estado anexo ao presente.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 06/08/2021, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0170431** e o código CRC **992C2436**.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **Manoel Vitório da Silva Filho**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao ***“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”***, firmado em 26 de agosto de 2013; bem como a alteração da redação do parágrafo segundo da cláusula terceira, conforme disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O período de vigência será prorrogado por **mais 04 (quatro) anos**, a contar do dia 26 de agosto de 2021, convalidando-se, para todos os efeitos, os atos praticados até a data da efetiva celebração do ajuste;

2.2 O parágrafo segundo da cláusula terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E REPSONSÁVEIS:

(...)

PARÁGRAFO SEGUNDO - PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate à Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, as Promotorias Regionais de Sonegação Fiscal de âmbito Regional de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, cabendo-lhes, nos limites de suas atuações institucionais:

(...)”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Ajuste original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2021

JOAO BATISTA ASLAN
RIBEIRO: [REDACTED]

Assinado de forma digital por JOAO
BATISTA ASLAN
RIBEIRO: [REDACTED]
Dados: 2021.08.05 15:16:50 -03'00'

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO
CAVALCANTI

Assinado de forma digital por
NORMA ANGELICA REIS CARDOSO
CAVALCANTI:1[REDACTED]
Dados: 2021.08.03 13:33:55 -03'00'

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME: _____
CPF: _____

2ª _____
NOME: _____
CPF: _____



exonerar, a pedido, com efeito a partir de 19.06.2012, **MARCIA MACHADO GUIMARAES ROCHA** do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Assistência Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

considerar nomeado, com efeito a partir de 12.06.2012, **ABILIO RIBEIRO MOREIRA FILHO** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Assistência Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

nomear **ELISABETE ROCHA DIAS** para, na condição de titular, compor o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, como representante da Federação Baiana das Instituições de Reabilitação - FEBIEX-BA, em substituição a **MARIA APARECIDA MACIEL SOUZA**.

nomear **GABRIEL SILVA FERREIRA** para o cargo de Coordenador de Centro de Cultura, símbolo DAI-4, da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, da Secretaria de Cultura.

considerar nomeados, com efeito a partir de 12.06.2012, **PEDRO AUGUSTO SILVA DIAS** e **ALBERTO JOSÉ SIMÕES DE ABREU** para, na condição de titular e suplente, respectivamente, comporem por mais 02 (dois) anos, a Comissão Gerenciadora do Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural - FAZCULTURA, vinculado à Secretaria de Cultura, como representantes da Sociedade Civil.

exonerar, a pedido, **CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA** do cargo de Subsecretário, símbolo DAS-1, da Secretaria da Fazenda.

nomear **JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO** para o cargo de Subsecretário, símbolo DAS-1, da Secretaria da Fazenda.

nomear **CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA** para o cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, do Gabinete do Secretário, da Secretaria da Fazenda.

nomear **ROSANE VIANA JOVELINO** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Coordenação de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

considerar exonerado, a pedido, com efeito a partir de 01.06.2012, **MARCUS ROBERTO DE CASTRO MONTEIRO** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Hospital Geral Roberto Santos, da Secretaria da Saúde.

nomear **ZORAILDE MARTINS DE OLIVEIRA** para o cargo de Assistente Orçamentário, símbolo DAI-4, da Diretoria Geral, da Secretaria da Saúde.

nomear **JANIRALDO ROCHA** para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante suplente das entidades congregadas em Sindicatos e Federações (SINDSAÚDE - Rede Privada Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia), em substituição a **WALDIR CERQUEIRA DOS SANTOS**.

considerar sem efeito a nomeação de **ROBERTA PINHEIRO FERRAZ** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Prevenção à Violência, da Secretaria da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 e 17.06.2012.

exonerar **MANOEL DA SILVA FILHO**, Perito Criminal de Polícia Civil, Classe III, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Diretoria do Interior, do Departamento de Polícia Técnica, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar o **Capitão PM ANTÔNIO CARLOS MACIEL**, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 1º Batalhão de Polícia Militar - Feira de Santana, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar o **Capitão PM ERIC FERNANDO ALMEIDA DE JESUS**, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 5º Batalhão de Polícia Militar - Euclides da Cunha, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar o **Capitão PM WILLIAM DOS SANTOS GOMES**, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 14º Batalhão de Polícia Militar - Santo Antônio de Jesus, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar o **Primeiro Tenente PM FABRÍCIO SILVA ANDRADE DOS SANTOS**, matrícula nº [REDACTED] do cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 14º Batalhão de Polícia Militar - Santo Antônio de Jesus, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Capitão PM ANTÔNIO CARLOS MACIEL**, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do 1º Batalhão de Polícia Militar - Feira de Santana, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Capitão PM MATHEUS DE CARVALHO NASCIMENTO**, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 1º Batalhão de Polícia Militar - Feira de Santana, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Capitão PM RODRIGO CHAVES SILVA**, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 14º Batalhão de Polícia Militar - Santo Antônio de Jesus, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Capitão PM ERIC FERNANDO ALMEIDA DE JESUS**, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 14º Batalhão de Polícia Militar - Santo Antônio de Jesus, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Primeiro Tenente PM WATSON JAMES BARBOSA DE SOUZA**, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 5º Batalhão de Polícia Militar - Euclides da Cunha, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear o **Primeiro Tenente PM ALÁDIO DÓRIA DOS SANTOS**, matrícula nº 30.427.576-5, para o cargo de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4, do 10º Batalhão de Polícia Militar - Barreiras, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **SISNANDO PEDROSA NETO**, Perito Criminal de Polícia Civil, Classe III, matrícula nº [REDACTED] para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Diretoria do Interior, do Departamento de Polícia Técnica, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **GENILVA CARDOSO PINTO** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Prevenção à Violência, da Secretaria da Segurança Pública.

reverter ao serviço ativo da Polícia Militar da Bahia, os Soldados PM 1ª Classe **TAIRONE SANTOS DA PAIXÃO**, matrícula nº [REDACTED] **ARIMAR CESAR SANTOS**, matrícula nº [REDACTED] com fundamento no art. 14 e parágrafo único da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 19 de junho de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

DESPACHOS

DESPACHO DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

Em 19/06/2012

Processo nº 8510120053253
Origem: Secretaria da Fazenda
Objeto: Ofício nº 132/2012
Interessado: José Ricardo Santos
Despacho: Autorizo.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 33 DE 19 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 0100120015987, 0100120015154 e 0100120015804,

RESOLVE

conceder, nos termos dos arts. 84 e 85 da Lei nº 6.677/1994, a **TIAGO MALHEIROS FELIX**, matrícula nº [REDACTED] Assistente IV, símbolo DAI-5, do Serviço de Administração de Palácios da Casa Civil, a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 05% (cinco por cento), calculados sobre o vencimento básico do respectivo cargo de provimento temporário, com efeito financeiro a partir do mês de maio/2012, por haver completado 05 (cinco) anos de serviço público estadual em 25.05.2012.

conceder, nos termos dos arts. 84 e 85 da Lei nº 6.677/1994, a **SELMA CONCEIÇÃO GUERREIRO**, matrícula nº [REDACTED] Assistente IV, símbolo DAI-5, do Quadro Especial da Casa Civil, a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 07% (sete por cento), calculados sobre o vencimento básico do respectivo cargo de provimento temporário, com efeito financeiro a partir de 04.06.2012, por haver completado 07 (sete) anos de serviço público estadual em 19.01.2007.

conceder, nos termos dos arts. 84 e 85 da Lei nº 6.677/1994, a **JOSÉ CAL ADAN**, matrícula nº [REDACTED] Assistente II, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário da Casa Civil, a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 05% (cinco por cento), calculados sobre o vencimento básico do respectivo cargo de provimento temporário, com efeito financeiro a partir do mês de fevereiro/2012, por haver completado 05 (cinco) anos de serviço público estadual em 24.02.2012.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em 19 de junho de 2012.

RUI COSTA
Secretário

DECRETO Nº 14.043 DE 20 DE JUNHO DE 2012

Reconhece o Curso de Licenciatura em Matemática, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no Município de Senhor do Bonfim - BA, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e baseado no disposto do § 2º, do art. 3º da Lei nº 7.308, de 02 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo CEE nº 0008407-1/2011,

DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de Licenciatura em Matemática, por seis anos, modalidade presencial, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, oferecido pelo Departamento de Educação, Campus VII, no Município de Senhor do Bonfim - BA, integralizado em 3.260 horas, com oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, para o específico efeito do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na forma do Parecer CEE nº 134/2012, publicado do Diário Oficial do Estado de 11.05.2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 20 de junho de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa
Secretário da Casa Civil

Oswaldo Barreto Filho
Secretário da Educação

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

nomear **RODRIGO BARRETO DA CUNHA** para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor, da Secretaria da Administração.

manter à disposição da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, até 31 de dezembro de 2012, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo nº 8510120004457, o servidor **ARMINDO SOUSA DE OLIVEIRA FILHO**, cadastro nº [REDACTED] lotado na Secretaria da Educação.

colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, até 19 de dezembro de 2012, na forma da Legislação Eleitoral em vigor, à vista do que consta do Processo nº 8510120045498 - Duplicata nº 03, a servidora **ELZA RIBEIRO ROSA**, cadastro nº [REDACTED] lotada na Secretaria da Saúde.

nomear **CARUSO MONCORVO COSTA** para, na condição de suplente, compor o Comitê Gestor Estadual do Pacto "Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido", como representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, em substituição a **AGNALDO NEIVA SILVA**.

nomear **GIRLENE BISPO DE OLIVEIRA** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Assistência Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

designar **JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**, Subsecretário da Fazenda, para substituir o Secretário da Fazenda, nas suas ausências e impedimentos eventuais.

delegar competência a **JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**, Subsecretário da Fazenda, para, em nome do Estado da Bahia, assinar convênios, contratos - por instrumento público ou particular - transações, acordos, ajustes e protocolos e seus respectivos termos aditivos e rescisões, bem como praticar os atos previstos no Decreto nº 49, de 09.05.1991 e no Decreto nº 9.433, de 31.05.2005, no âmbito da Secretaria da Fazenda, nas ausências e impedimentos do seu Titular.

considerar exonerada, a pedido, com efeito a partir de 18.06.2012, **MARTHA SILVA CARIGÉ** do cargo de Secretário de Gabinete, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário Extraordinário para Assuntos de Indústria Naval e Portuária.

nomear **ROBERTO BEZERRA BORGES** para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Diretoria de Gestão da Rede Própria, da Superintendência de Atenção Integral à Saúde, da Secretaria da Saúde.

exonerar, a pedido, com efeito a partir de 20.06.2012, **IRENICE SOUZA ALMEIDA** do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Diretoria Financeira, da Diretoria Geral, da Secretaria de Turismo.

nomear, com efeito a partir de 20.06.2012, **IRENICE SOUZA ALMEIDA** para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Turismo.

nomear, com efeito a partir de 20.06.2012, **ANA CRISTINA PELOSI DE FIGUEIRÊDO** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Diretoria Financeira, da Diretoria Geral, da Secretaria de Turismo.

exonerar, a pedido, **ERICA BAIÃO BAHIA** do cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar, da Secretaria da Educação.

exonerar, a pedido, **MARIANA MATOS CAMARGO ARAGÃO** do cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Diretoria de Educação à Distância e Tecnologia Educacional, do Instituto Anísio Teixeira, da Secretaria da Educação.

nomear **ERICA BAIÃO BAHIA** para o cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Diretoria de Educação à Distância e Tecnologia Educacional, do Instituto Anísio Teixeira, da Secretaria da Educação.

nomear **MARIANA MATOS CAMARGO ARAGÃO** para o cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar, da Secretaria da Educação.

nomear **THAMIRES PEIXOTO SANTOS** para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Coordenação de Manutenção da Rede Física, da Diretoria de Manutenção e Suprimento Escolar, da Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar, da Secretaria da Educação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 20 de junho de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

Retificações

Nas nomeações de Genival Cajazeira Lima, Ingrid Carinini Mendes Alves e Revardimny Assunção Gomes da Secretaria da Educação, publicadas no Diário Oficial do Estado de 02 e 03.06.2012:

ONDE SE LÊ:

...exonerar...

LEIA-SE:

...exonerar, a pedido, com efeito a partir de 01.06.2012

Nas nomeações de Ildaci Pereira Barbosa Oliveira, Jucilene Oliveira Santana e Gilza Brito dos Santos para a Secretaria da Educação, publicadas no Diário Oficial do Estado de 02 e 03.06.2012:

ONDE SE LÊ:

...nomear...

LEIA-SE:

...nomear, com efeito a partir de 01.06.2012

DESPACHOS

DESPACHOS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Em 20/06/2012

Processo nº 0100120016746
Origem: Secretaria da Saúde
Objeto: Ofício GASEC nº 843/2012
Interessada: Jorge José Santos Pereira Solia
Despacho: Autorizo.

Processo nº 1600120008561
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução nº 150/2012
Interessada: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Despacho: Autorizo.

GABINETE DO GOVERNADOR

Reificação

Na Portaria nº 48, do Gabinete do Governador, publicada no Diário Oficial do Estado de 20.06.2012:

ONDE SE LÊ:

...Carla Regina Brasil Luna...



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo, encaminhamos o presente expediente contendo o instrumento assinado com a respectiva publicação para ciência das unidades envolvidas.

Na oportunidade, ressaltamos que daremos por concluído o procedimento nesta unidade.

Mariana Nascimento Sotero Campos
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento
de Contratos e Convênios
Matrícula nº [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** em 09/08/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0171839** e o código CRC **32AC3A79**.

devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA, Procurador(a) de Justiça. SIGA nº 37190.7/2021. Requerimento: Outras Ausências. Interesse particular. Autorização de ausência da Procuradoria de Justiça na forma do art. 15, XXXIX da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, disciplinado pelo Ato Normativo nº 003, de 14 de março de 2019. Decisão: DEFERIDO, para o período de 16/08/2021 a 20/08/2021

TATYANE MIRANDA CAIRES, Promotor(a) de Justiça de Guanambi. SIGA nº 11983.8/2021. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 019, de 11 de outubro de 2019, para o período de 23/08/2021 a 23/08/2021. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Aureo Teixeira de Castro - Guanambi - 2ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

TATYANE MIRANDA CAIRES, Promotor(a) de Justiça de Guanambi. SIGA nº 11982.8/2021. Requerimento: Folga compensatória pela atuação em plantão. Decisão: DEFERIDO, com base no Ato Normativo nº 019, de 11 de outubro de 2019, para o período de 19/08/2021 a 20/08/2021. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Aureo Teixeira de Castro - Guanambi - 2ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

ADESÃO DE VOLUNTÁRIOS

NOME	LOTAÇÃO	VIGÊNCIA DO TERMO
ALOISIO CLEMENTINO DE PINHO	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	09/08/2021 - 08/08/2022
CARLA REGIANE BRUNO LISBOA MARQUES	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACULÉ	09/08/2021 - 08/08/2022

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

PORTARIA Nº 197/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o expediente protocolizado sob nº 19.09.02319.0011646/2021-95, resolve instaurar Processo de Reparação de Danos ao Erário e designar o servidor RUAN PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº [REDACTED] membro da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos de que trata o mencionado expediente, nos termos da Lei Estadual nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805/2014.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 05 de agosto de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO A ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Processo: 19.09.02327.0008613/2021-95. Parecer jurídico: 263/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, CNPJ nº 13.937.073/0001-56. Objeto do termo de cooperação: Estabelecer o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990". Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Acordo originariamente celebrado entre as partes por mais 04 (quatro) anos, a contar de 26/08/2021.

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - CONTRATO Nº 085/2011-SUP. Processo: 19.09.02678.0010834/2021-32. Parecer jurídico: 361/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Aneide dos Santos Alves-ME, CNPJ nº 01.860.305/0001-36. Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais destinado ao funcionamento da Base Provisória da Costa dos Coqueiros de Mata de São João/BA. Objeto do Aditivo: alterar as informações relativas ao Locador, constante do preâmbulo para que passe a constar a empresa Viena Odontologia Ltda, CNPJ nº 39.356.749/0001-01, representada por sua procuradora o Sra. Marina Moura Goes Viena; bem como prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 05 (cinco) anos, a contar de 01 de setembro de 2021 até 31 de agosto de 2026. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 2000 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Retifica publicação do Diário da Justiça Eletrônico nº 2.916, do dia 06/08/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Processo: 19.09.02327.0008613/ 2021-95

Informo ciência da publicação do segundo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa.
Salvador, 08 de agosto de 2021.

Hugo Casciano de Sant'Anna
Promotor de Justiça
Coordenador do GAESF



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Casciano de Santana** em 09/08/2021, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0171977** e o código CRC **4C9CFCE9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Processo: 19.09.02327.0008613/ 2021-95

Ciente da publicação do segundo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa.

Salvador, 10 de agosto de 2021.

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Coordenador do CEOSP



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Vasconcelos Pereira** em 10/08/2021, às 08:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0172296** e o código CRC **A379E8C9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Processo: 19.09.02327.0008613/ 2021-95

Ciente da publicação do segundo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa.

Salvador, 10 de agosto de 2021.

André Luis Lavigne Mota

Coordenador do CAOCRIM



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Lavigne Mota** em 10/08/2021, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0172902** e o código CRC **1EC5220B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Processo: 19.09.02327.0008613/ 2021-95

Ciente da publicação do segundo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR

Promotor de Justiça/Coordenador do GAECO



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Santos Schoucair** em 19/10/2021, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0216946** e o código CRC **689D47BA**.



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DA FAZENDA, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. EDIENE SANTOS LOUSADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao "alinhamento de ações entre as signatárias voltados ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sabretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990"**, firmado em 26 de agosto de 2013

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado por mais 4 (quatro) anos**, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, 25 de agosto de 2017


MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA


EDIENE SANTOS LOUSADO

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª


NOME: DA BATTISTA ALVARO RIBEIRO

2ª


NOME: OLIVEIRA GUEDES CAMPOS

CPF: 

15 a 20/10/2017	20ª PJ de Feira de Santana		Renata Barros Dacach Assis e Adriana Imbassahy Guimarães Moreira Lagrola
	21ª PJ de Feira de Santana		
	1ª PJ de Ipirá		
	2ª PJ de Ipirá		
	1ª PJ de Itará		
	2ª PJ de Itará		
	PJ de Santa Bárbara		
23 a 27/10/2017	1ª PJ de Seabra	Estágio Probatório	Danilo Monteiro de Araújo Oliveira
	2ª PJ de Seabra		
	3ª PJ de Seabra		
	PJ de Lençóis		
	4ª PJ de Ilhéus		
23 a 27/10/2017	PJ de Itapicuru		

Salvador, 31 de agosto de 2017.

MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

*Republicado por haver alteração

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Derlane Nascimento Ramos	Promotoria Justiça Itabuna	04/10/2017	03/10/2018

Termo Aditivo de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Gerci Ferreira de Oliveira	Promotoria Justiça Livramento de Nossa Senhora	06/10/2017	05/12/2017

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GABINETE

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.12828/2017.

Parecer jurídico: 766/2017

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, CNPJ nº 13.937.073/0001-56.

Objeto do termo de cooperação: Estabelecer o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Acordo originariamente celebrado entre as partes, a contar de 26/08/2017.

*Republicado por haver incorreção

RESUMO DE TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 160/2014-SGA

Processo: 003.0.23019/2017.

Parecer Jurídico: 829/2017.

Contratantes: Ministério Público do Estado da Bahia e Lenivaldo Nunes Conceição.

Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Objeto: Extinção antecipada do contrato firmado entre as partes, com efeitos a partir de 01/10/2017.

RESUMO DE CONTRATO DE OBRA DE REFORMA - CONTRATO Nº 132/2017- SGA

Processo: 003.0.5059/2017 - Tomada de Preços nº 002/2017.

Parecer jurídico: 776/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Mult Construções Ltda. CNPJ nº 11.862.357/0001-28.

Objeto: Obra de reforma de edifício de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia, sito no Jardim Baiano, Nazaré, Salvador/BA.

Regime de execução: Empreitada por preço global.

Valor global: R\$ 108.541,55 (cento e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.601/0002 - Ação (P/A/DE) 7508 - Região 7800- Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 270/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Jaime de Jesus Kalil, matrícula 353.670, e Nilson Mendes Figueira Campos, matrícula 352.785, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 132/2017-SGA, relativo à obra de reforma de edifício de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia, sito no Jardim Baiano, Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 28 de setembro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.12826/2017.

Parecer jurídico: 766/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, CNPJ nº 13.937.073/0001-56.

Objeto do termo de cooperação: Estabelecer o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Acordo originariamente celebrado entre as partes, a contar de 26/06/2016.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 271/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido nos artigos 84 e 85 da Lei 6.677 de 26 de setembro de 1994, resolve reconhecer a gratificação de adicional de tempo de serviço, para o servidor desta Instituição, conforme quadro abaixo:

MAT	NOME	% RECONHECIMENTO	MÊS/ANO
██████████	DELFIN PEREIRA DA SILVA NETO	5%	08/2017

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 29 de setembro de 2017.

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES

Superintendente de Gestão Administrativa

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 66/2017 – UASG 926302. Procedimento nº 003.0.18336/2017. Objeto: prestação de serviços gráficos e da comunicação visual, conforme disposições contidas no edital e seus anexos. ENTREGA DAS PROPOSTAS: 03/10/2017 às 08:00h. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/10/2017 às 09:00h (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital poderá ser adquirido nos sites <http://www.mpba.mp.br> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações com a Coordenação de Licitação pelo telefax (71) 3103-0225. Salvador-Ba, 02/10/2017. Monica Sobrinho - Pregoeira Oficial.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Salvador, 18 de setembro de 2017.
OFÍCIO GAB/CG nº 205/2017

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: 003.0.12826/2017 Resposta
Data: 27/9/2017 Hora 15:45
Qt. Vol.: Recebido por: magaly

À Excelentíssima Senhora
Drª. SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta
NESTA

Senhora Procuradora-Geral de Justiça Adjunta,

Com os nossos cordiais cumprimentos, reportamo-nos ao Ofício nº 3021/2017 – GPGJ, dessa Procuradoria, protocolado nesta Sefaz sob o nº 165575/2017-4, referente ao Processo nº 003.0.12826/2017, a fim de encaminhar as 03 (três) vias do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica – Operacional, celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e esta Secretaria, devidamente assinados pelo titular desta pasta.

Atenciosamente,


ADRIANO CHAGAS
Chefe de Gabinete

EXTRATO DO PROCESSO/PROCEDIMENTO

NÚMERO SIMP: 003.0.12826/2017

Nº PRDC. JUDICIAL/INQ.
POLICIAL:

DOC\PROC. JUD. ORIGEM: 059/2017

Nº SIMP DRIGEM:

Nº ATENDIMENTO:

ORIGEM:

MUNICÍPIO:

SALVADOR

DOCUMENTO ATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO

ÁREA:

ADMINISTRATIVO

SUBÁREA:

AÇÃO / RECURSO:

ASSUNTO:

TERMO DE COOPERAÇÃO

DETALHE DO ASSUNTO:

COMPLEMENTO DO ASSUNTO:

REFERENTE A VIGENCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO - SECRETARIA DA FAZENDA

ENVOLVIDOS

NOME	TIPO	MEMBR
HEVERTON DOS SANTOS CAMPOS	PROCESSANTE	Não
		Não

ANDAMENTOS

DATA	TIPO	HISTÓRICO	RESPONSÁVEL
12/09/2017	ENTRADA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
12/09/2017	SAÍDA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
12/09/2017	ENTRADA	GABINETE DO PGJ - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
04/09/2017	SAÍDA	GABINETE DO PGJ - ASSESSORAMENTO TÉCNICO JURÍDICO	
04/09/2017	ENTRADA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
04/09/2017	SAÍDA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
31/08/2017	ENTRADA	SUPERINTENDÊNCIA - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
31/08/2017	SAÍDA	SUPERINTENDÊNCIA - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
31/08/2017	ENTRADA	ASSESSORIA TÉCNICA - SUPERINTENDÊNCIA	
30/08/2017	SAÍDA	ASSESSORIA TÉCNICA - SUPERINTENDÊNCIA	
30/08/2017	ENTRADA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
30/08/2017	SAÍDA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
29/08/2017	ENTRADA	GABINETE DO PGJ - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
29/08/2017	SAÍDA	GABINETE DO PGJ - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
19/07/2017	ENTRADA	CEOSP - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
19/07/2017	SAÍDA	CEOSP - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
19/07/2017	ENTRADA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
09/06/2017	SAÍDA	ASSESSORIA TÉCNICA - CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
02/06/2017	ENTRADA	GABINETE DO PGJ - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
01/06/2017	SAÍDA	GABINETE DO PGJ - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
01/06/2017	ENTRADA	CENTRAL DE RECEPÇÃO E INFORMAÇÕES - COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO	



**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

CI. nº 059/2017 – CCC

Ref.: Vigência do Acordo de Cooperação Técnico – Secretaria da Fazenda.

Salvador, 01 de junho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Noticiamos a Vossa Excelência senhor a proximidade do termo final de vigência **26/08/2017** do Acordo de Cooperação Técnico, celebrado entre este *Parquet* e o Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda cuja finalidade é o alinhamento de ações no campo do combate à sonegação fiscal e a recuperação de ativos.

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida durante o prazo original de vigência do mesmo, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com o conveniente, com posterior encaminhamento de minuta de Termo Aditivo a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Excelentíssimo Senhor que seja informada esta Unidade, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.

Com os nossos cumprimentos,


Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula [REDACTED]

Excelentíssimo Senhor
Luiz Claudio Cunha Nogueira
Promotor de Justiça / Chefe de Gabinete
Gabinete da Procuradoria Geral da Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia
NESTA.

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: **003.0.12826/2017** Original
Data: 1/6/2017 Hora: 17:54
Qt Vol.. Recebido por: mariana.abreu



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O **ESTADO DA BAHIA**, por meio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede nesta capital, na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, n.º 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41750-300, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 04.142.491/001-66, com sede na 5ª Avenida, n.º 750, CEP 41.745-004, Centro Administrativo da Bahia – CAB, cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constituir objeto do presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO DE AÇÕES:

Os signatários providenciarão orientar seus agentes membros, servidores e terceiros envolvidos, quanto à integração nas ações conjuntas, dando-lhes conhecimento dos termos do presente instrumento e da disciplina legal aplicável às ações correlatas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os signatários indicarão, em cada instituição, um responsável pelo acompanhamento das ações e obrigações conjuntas assumidas no presente acordo, no âmbito de suas respectivas atribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ORGÃOS SIGNATÁRIOS, SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSÁVEIS:

As ações concernentes ao presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional serão desenvolvidas pelos órgãos/unidades integrantes das estruturas dos signatários da forma a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – PELA SECRETARIA DA FAZENDA:

No âmbito da Secretaria da Fazenda serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento a Superintendência de Administração Tributária (SAT) e suas unidades: Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP), Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (COPEC) e Diretorias de Administração Tributária (DAT) das regiões metropolitanas, Sul e Norte, na forma a seguir:

I – Pela Superintendência de Administração Tributária (SAT):

- Disponibilizar aos demais signatários acesso a consulta ao Cadastro de Informações do Contribuinte, de Crédito Tributário, e de registro da dívida ativa que configurar crime contra a ordem tributária,
- Efetuar, no âmbito de competência da SEFAZ, a normatização dos procedimentos administrativos para o encaminhamento de notícia-crime ao MINISTÉRIO PÚBLICO, nos casos que se configurarem indícios de crimes contra a ordem tributária ou conexos,
- Assumir a integralidade das despesas com locomoção e transporte, pagamento de diárias, material de consumo, podendo ainda assumir aluguel de imóvel, fornecimento de móveis, e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento do presente ajuste, observados os

SP

Z





limites legais e respeitada a disponibilidade orçamentária;

d) Promover a realização de seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica sobre temas pertinentes ao combate aos crimes contra ordem tributária e afins, e viabilizar a participação de servidores vinculados aos órgãos signatários.

II - Pela Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP):

a) Produzir conhecimentos reveladores de fraudes fiscais praticados por indivíduos, empresas e grupos organizados para a prática de crimes contra a ordem tributária, elaborando os Relatórios de Inteligência Fiscal.

b) Planejar e acompanhar as ações de busca de elementos de prova, com vistas ao cumprimento de mandados judiciais.

c) Orientar e acompanhar as auditorias fiscais de constituição do crédito, decorrentes das ações conjuntas.

d) Promover o intercâmbio de dados e informações, através da elaboração de Relatórios de Inteligência Fiscal, para subsidiar os Processos Administrativos Fiscais (PAF) inscritos na dívida ativa, bem como a instauração e desenvolvimento de investigações criminais, de natureza fiscal e correlata, no âmbito do Ministério Público

III - Diretorias de Administração Tributária (DAT), de acordo com o critério geográfico de ocorrência de fatos relativos à prática de crimes contra a ordem tributária, e da Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (COPEC)

a) Disponibilizar equipe de servidores fazendários com vistas ao cumprimento de mandados judiciais para busca e apreensão de elementos de prova.

b) Disponibilizar equipe de fiscalização para a realização das auditorias fiscais necessárias à constituição dos créditos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

No âmbito do Ministério Público serão responsáveis pela execução das ações e obrigações decorrentes do presente instrumento o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos Previstos na lei nº. 9.609/98 (GAESF), o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (GAECO) e o Núcleo de Inteligência Criminal (NIC), cabendo-lhes, nos limites de suas atribuições institucionais:

a) Avaliar as notícias-crime oferecidas e definir as que deverão ser objeto de apuração conjunta pelos signatários;

b) Na apuração conjunta, oficiar nas representações, nos inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais e processos judiciais destinados a identificar e reprimir a sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária;

c) Promover medidas cautelares judiciais, tais como busca e apreensão, sequestro e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste ajuste.

d) Promover o intercâmbio de dados e informações, através da elaboração de Relatórios de Inteligência, para subsidiar a instauração e desenvolvimento de investigações criminais, de natureza fiscal e correlata, no âmbito do Ministério Público

CLÁUSULA QUARTA - DO SIGILO:

Os signatários deverão manter sigilo sobre as informações obtidas, conforme o disposto no art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que institui o Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

O presente ajuste não envolve transferência de recursos entre os signatários, devendo cada um destes arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS





das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento, dentro de suas atribuições.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS, DAS ALTERAÇÕES, DA DENÚNCIA OU RESCISÃO:

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os signatários, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento, sendo permitindo, também, ser denunciado ou rescindido, por conveniência ou descumprimento das obrigações assumidas, respectivamente, desde que notificada a parte contrária em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

O presente ajuste vigorará por 04 (quatro) anos, facultada prorrogação, por meio de termo aditivo, na forma da Lei estadual n.º 9.433, de 1º de março de 2005.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

Os signatários providenciarão a publicação do extrato deste ajuste nos seus órgãos oficiais de imprensa, na forma do parágrafo primeiro do artigo 131 da Lei Estadual n.º 9.433, de 01 de março de 2005.


CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Será competente o foro da Capital do Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas originárias da execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir por si, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém, na presença das testemunhas, para surtirem seus efeitos legais.

Salvador, 26 de agosto de 2013


WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia


MARCEL VITORIO DA SILVA FILHO
Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



Ref. SIMP nº.: 003.0.12826/2017

DESPACHO

- De ordem do Chefe de Gabinete, retorne-se à Coordenação de Contratos e Convênios para instrução junto às unidades responsáveis pelas ações decorrentes do instrumento mencionado no expediente em epígrafe.

Em 08 de junho de 2017

ALICE PARADA COSTA
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Mat. [REDACTED]



COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: CI 059/2017 - CCC

Protocolo SIMP nº 003.0.12826/2017

DESPACHO

Excelentíssimo Senhor Geder Luiz Rocha Gomes,

Noticiamos a Vossa Excelência a proximidade do termo final de vigência (26/08/2017) do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre este Parquet e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, cuja finalidade é "**o alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate a sonegação fiscal e recuperação de ativos**".

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida durante o prazo original de vigência do mesmo, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida à interlocução necessária com o conveniente, e o encaminhamento da minuta de Termo Aditivo (anexa) a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Vossa Excelência que seja informada esta Unidade, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato

Em 19 de julho de 2017,

Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo

Matrícula [REDACTED]



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DA FAZENDA, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, MANDEL VITÓRIO DA SILVA FILHO, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. EDIENE SANTOS LOUSADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao "alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra o ardem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990"**, firmado em 26 de agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado por mais 4 (quatro) anos, contados a partir de 26 de agosto de 2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2017

MANDEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETÁRIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

EDIENE SANTOS LOUSADO
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS: 1ª _____

2ª _____



SIMP 003.0.12826/2017

Renovação de Termo de Acordo de Cooperação Técnica

Foi encaminhado a este Centro pela Chefia de Gabinete, CI nº 059/2017-CCC, oriundo da Coordenação de Contratos e Convênios, solicitando manifestação quanto a continuidade de Termo de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, que trata do combate a sonegação fiscal.


Numerar as folhas dos autos.

Para instrução do presente feito, oficie-se o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, juntando cópia da Minuta do Termo Aditivo que se encontra às fls. , solicitando manifestação quanto a renovação da Cooperação Técnica em questão.

Após, conclusos;

Anotações no SIMP

Salvador, 24.07.2017


Mônica Barroso Costa
Promotora de Justiça
Coordenadora do CEOSP



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO



Salvador, 18 de agosto de 2017.
OFÍCIO GAB/CG nº 163/2017

À Ilustríssima Senhora
MONICA BARROSO COSTA
Promotora de Justiça - CEOSP
Ministério Público do Estado da Bahia
NESTA

Senhora Promotora,

De ordem do Senhor Secretário da Fazenda, em resposta ao Ofício nº 059/2017, protocolado nesta Sefaz sob o nº 129600/2017-6, referente ao Processo nº 003 0 12826/2017, que trata da Renovação do Acordo de Cooperação Técnica – Operacional, cuja finalidade é o alinhamento de ações no campo do combate à sonegação fiscal e a recuperação de ativos, esclarecendo que **somos** favoráveis ao referido aditamento, conforme pronunciamento técnico da Superintendência de Administração Tributária.

Atenciosamente,


ADRIANO CHAGAS
Chefe do Gabinete

**CEOSP
RECEBIDO**
EM 21/08/2017
Heurich



INFORMAÇÕES PARA O PROCESSO
SIPRO Nº 129600/2017-6 FOLHA 11

À SAT/GAB,

Senhor Superintendente,


Informo que o trabalho conjunto de combate a sonegação fiscal, realizado pela Secretaria da Fazenda e o Ministério Público tem surtido resultados muito favoráveis, não só no que diz respeito à recuperação do crédito tributário, mas também à integração das equipes e adoção de novas metodologias de trabalho no combate ao crime de sonegação fiscal.

Durante os últimos quatro anos ocorreram várias operações conjuntas e que resultaram numa recuperação de crédito da ordem de R\$180 milhões de reais. Estas operações foram fruto desse convênio de cooperação técnica.

Portanto, somos pela renovação do referido convênio.

Atenciosamente,

DARC, 07 de agosto de 2017



Augusto Guenem
Diretor

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ofício Nº. 059 / 2017

LANÇADO

Salvador, 25 de julho de 2017

Ref.: SIMP 003.0.12826/2017



A Excelentíssimo Senhnr
Manoel Vitório da Silva Filho
Secretário da Fazenda do Estado da Bahia
NESTA

[Handwritten signature]
Andrade
Gabinete
CAP 11.713-0
22/07/17

Assunto: Renovação de Termo de Acordo de Cooperação Técnica

Prezado Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, noticiamos a Vossa Excelência a proximidade do termo final de vigência **26/08/2017** do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre este *Parquet* e o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda cuja finalidade é o alinhamento de ações no campo do combate à sonegação fiscal e a recuperação de ativos.

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida durante o prazo original de vigência, solicitamos manifestação quanto à renovação do mesmo.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Mônica Barroso Costa

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Segurança Pública
e Defesa Social – CEOSP



Renovação de Termo de Acordo de Cooperação Técnica

Em continuação a encaminhamento de fls.09, e com resposta positiva nos autos, como se pode ver dos documentos de fls. 10/11, visando renovação do Acordo de Cnoperação Técnica com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, encaminhem-se os presentes autos à Chefia de Gabinete para as providências que entender cabíveis visando a renovação do Acordo em questão.

Anotações no SIMP

Salvador, 29 de agosto de 2017

Mônica Barroso Costa
Promotora de Justiça
Coordenadora do CEOSP



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DA FAZENDA, com sede nesta capital, na Avenida Luis Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP. 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. EDIENE SANTOS LOUSADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do período de vigência do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao *“alinhamento de ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sabretuda a partir da agiilização e efetivoção de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990”*, firmado em 26 de agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica prorrogado por mais 4 (quatro) anos, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2017

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

EDIENE SANTOS LOUSADO
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Minuta – Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnico-Operacional – SEFAZ

SM P nº 003.0.12826/2017

DESPACHO

Encaminho o expediente à Assessoria Técnico-Jurídica, para análise e parecer sobre a minuta de 1º aditivo ao acordo de cooperação técnico-operacional em anexo, que tem por objeto o *"alinhamento das ações entre os signatários voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos"*.

Pelo isto, informo que foi alterada a Cláusula Segunda (Da Alteração) para adequar a data de vigência tendo em vista que o referido Acordo venceu em 25 de agosto de 2017.

Salvador, 30 de agosto de 2017.

Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula nº [REDACTED]



PROCEDIMENTO Nº: 003.0.12826/2017 – PGJ

ORIGEM: COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO. ADITAMENTO.

EMENTA: ADITAMENTO. ACORDO DE COOPERAÇÃO. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 179 DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

PARECER Nº. 0766/2017

1. Trata-se de minuta de Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, a ser celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, cujo objeto é o alinhamento de ações voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sobretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionadas à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, com o propósito específico de prorrogar a vigência do ajuste por mais 04 (quatro) anos, com efeitos a partir de 26/08/2017.
2. A legislação permite a alteração pretendida, desde que necessária ao atendimento dos fins visados pelas partes celebrantes. Ademais, a Cláusula Sétima do instrumento de Acordo de Cooperação original prevê a possibilidade de prorrogação da vigência do ajuste, através de termo aditivo.
3. Assim, estando a hipótese em consonância com as disposições legais e, caso a Procuradoria-Geral de Justiça entenda que há interesse administrativo no objeto do Acordo, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pelo aditamento, aprovando a minuta de Termo Aditivo apresentada.

É o parecer, s m j.

Salvador, 30 de agosto de 2017.


Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula [REDACTED]


Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula [REDACTED]



DESPACHO

Acolho o Parecer nº 766/2017 da Assessoria Técnica desta Superintendência, relativo à minuta de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda – com o objeto de alinhamento de ações voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, aprovando a prorrogação da vigência do acordo por mais 04 (quatro) anos.

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios para conhecimento e providências necessárias.

Em 01 de setembro de 2017.



Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: 1º Aditivo – Acordo de Cooperação Técnica - Operacional - SEFAZ.

Simp: 003.0.12826/2017

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, com **03 (três) vias do 2º Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica-operacional**, para a coleta de assinaturas do ilustre representante legal da SEFAZ e deste *Parquet*.

Cumprida a diligência supra referida, solicita-se a devolução do procedimento, para fins de publicação e adoção das demais providências cabíveis.

Salvador, 04 de setembro de 2017.

Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula [REDACTED]



Of. nº 3021/2017 – GPGJ
Ref.: Protocolo nº 003.0.12826/2017
(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 05 de setembro de 2017


A Sua Excelência o Senhor,
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SALVADOR-BA

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos a V. Exa. a data final do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Ministério Público e essa Secretaria da Fazenda, cujo objetivo é o alinhamento de ações voltadas ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos.

Colho da oportunidade para colocarmo-nos à disposição para a prorrogação da sua vigência, com efeitos a partir de 26/08/2017, encaminhando, desde já, três vias do Termo Aditivo, devidamente assinadas, encarecendo as devidas assinaturas e posterior devolução a esta instituição para as providências administrativas de praxe, caso repute pertinente a renovação da avença.

No ensejo, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, reiterando nossos respeitosos cumprimentos de estilo.


SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, PARA O ALINHAMENTO DE AÇÕES NO CAMPO DO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

O ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DA FAZENDA, com sede nesta capital, na Avenida Luís Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.073/0001-56, representada neste ato pelo seu titular, MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. EDIENE SANTOS LOUSADO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Operacional para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a *prorrogação da período de vigência do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional, referente ao "alinhamento de ações entre os signatários voltados ao combate à sonegação fiscal e recuperação de ativos, sabretudo a partir da agilização e efetivação de providências relacionados à investigação e persecução de crimes contra a ordem tributária, especialmente a na aplicação da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990"*, firmado em 26 de agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado** por mais 4 (quatro) anos, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 26 de agosto de 2017


CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, ____ de ____ de 2017

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIO
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA


EDIENE SANTOS LOUSADO
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME:
CPF:

2ª _____
NOME:
CPF:

DESPACHO

- De ordem do Chefe de Gabinete, em vista do envio do Ofício nº 3021/2017, à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, cuja cópia segue anexa, retorne-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios para aguardar a devolução da via assinada e posteriores providências de praxe.

Em, 12 de setembro de 2017.



LUCIANA BENEDETTO TORRES
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça
Mat.: [REDACTED]